

A crise ambiental ante o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado: estudo dirigido do caso do Rio dos Sinos/RS

Autora: Ana Paula Foltz

Advogada Dativa da Justiça Federal da 4ª Região.

Especialista em Direito Ambiental pela UFRGS

Publicado na Edição 26 - 30.10.2008

Resumo

O presente trabalho é um estudo de caso dirigido acerca do acidente ocorrido no Vale dos Sinos/RS, que culminou na mortandade de toneladas de peixes e outros espécimes aquáticos, considerando-o ante o direito fundamental a um ambiente equilibrado, constitucionalmente previsto. Inclui recursos interdisciplinares, especialmente da Ecologia, da Biologia e da Geologia, e analisa aspectos do direito ambiental e a proteção ao meio ambiente tanto na legislação e na doutrina brasileiras como no direito comparado, verificando os pontos em comum e díspares a respeito do tratamento oferecido ao dano ambiental. Propõe a criação de um método eficaz para fins de proteção do ecossistema e prevenção de acidentes.

Palavras-Chave: Acidente. Mortandade. Peixes. Direito Fundamental. Meio Ambiente.

Sumário: Introdução. 1 Da mortandade de peixes no Rio dos Sinos. 1.1 O laudo técnico do caso. 1.2 Os fatores da crise. 2 Análise constitucional e principiológica. 2.1 O desenvolvimento econômico X sustentabilidade. 2.2 As principais fontes de Direito Ambiental aplicáveis no caso do Rio dos Sinos. Considerações finais. Referências bibliográficas

Introdução

O presente trabalho constitui um estudo de caso dirigido acerca do incidente ocorrido no Rio dos Sinos, na Bacia do Arroio Estância Velha/Portão-Bacia do Arroio Luiz Rau, ocasionando a mortandade de 86 toneladas de peixes, no período de 06 a 08 de outubro de 2006. A abordagem do incidente ecológico será feita em face da Constituição Federal de 1988, que elegeu em seu artigo 225, caput, o meio ambiente equilibrado como um direito fundamental de 3ª geração,

decorrente do próprio direito à vida, vedando qualquer utilização que venha a comprometer a integridade do bem protegido (leia-se, bem ambiental). O próprio constituinte brasileiro impôs ao Poder Público determinadas condutas a fim de conferir-lhe efetividade. É baseado nos argumentos supramencionados que o presente trabalho pretende vislumbrar o panorama da crise ambiental, em especial, o incidente no Rio dos Sinos/RS, ante as garantias constitucionais previstas para fins de proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Em um primeiro momento será analisado o caso do desastre ocorrido, com as considerações feitas pelos técnicos que foram designados para solucionar o problema, bem como apontar os possíveis culpados. Na segunda parte será feita a análise do caso perante a CF/88, bem como a Lei 6.938/91, a fim de implementar a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico.

1 Da mortandade de peixes no Rio dos Sinos

a) Nos dias 07 e 08 de outubro de 2006, ocorreu uma grande mortandade de peixes no Rio dos Sinos junto à Foz do Arroio Portão (Município de Portão), por conta da qual, de acordo com o Relatório de Atendimento de Emergência elaborado pela FEPAM, entre os dias 08 e 16 de outubro de 2006, foram retiradas mais de 86 toneladas de peixes mortos do citado corpo hídrico, configurando-se o quadro de um dos maiores desastres ambientais do Brasil, sendo, inclusive, notícia internacional.

A FEPAM, já na foz principal do Arroio Portão, detectou, em nível de superfície, um contingente importante de peixes mortos, local onde se percebia forte odor de produtos químicos, provenientes das águas do citado Arroio Portão. Contudo, a principal mortandade foi apurada a partir da Foz do Arroio Portão até a Balsa do Passo do Carioca, isso em uma distância de 6.640 metros, resultando na morte de 86 toneladas de peixes.

À vista de um quadro dantesco, o órgão ambiental principiou uma série de diligências, dentre elas, três que contemplaram a UTRESA, nomeadamente por revelar-se ela um empreendimento com potencial poluidor suficiente a produzir, ainda que fosse por sinergia com outras empresas, o grave crime ambiental mencionado.

O Órgão Ambiental observou, outrossim, em área localizada entre as novas valas implantadas para recebimento de resíduos (ainda não autorizadas para uso) e o Arroio Portão, uma caixa de passagem que recebia duas tubulações subterrâneas, as quais provavelmente tinham passagem por baixo das valas novas, revelando-se, ao que se intuiu, em antiga drenagem de chorume da primeira vala de resíduos de curtume (classe I), a qual, pontue-se, deveria ter sido desativada dentro do plano de regularização da atividade.

Nesse local, ficou perceptível, segundo a FEPAM, que o efluente na caixa de inspeção estava com baixa vazão, mas com odor característico, sendo passível de alteração de vazão conforme a precipitação pluvial, evidenciando-se, dessa forma, em uma contribuição constante e com aporte de contaminantes importantes ao Arroio Portão.

Restou consignado, também, o impacto causado no Arroio Portão, com uma coloração escura coberta por iridiscência, característica de material oleoso e concentrado.

Fez funcionar, pois, caixa e drenagem em desacordo com a licença de operação, já que absolutamente proibido ao empreendimento lançar efluentes, quer no solo, quer em corpos hídricos, insista-se.

No encalço de novas condutas desvalorativas, apurou-se, metros à frente, ao longo do Arroio Portão, outra caixa de inspeção, que estava também a receber percolado por meio de duas tubulações, que, a partir dela, em uma única tubulação, se direcionava ao Arroio Portão, com as mesmas características, terminando por atingi-lo. Segundo se apurou pela compreensão dos técnicos da FEPAM, este sistema de lançamento de percolado direto ao Arroio Portão também deveria estar desativado através de coleta desses líquidos drenados e remetidos a sistema de tratamento.

A contaminação lançada no Arroio Portão, já na segunda saída clandestina no arroio, mostrou-se de alto impacto, principalmente devido aos valores encontrados de DBO-5 e DQO (730 MG/L e 2.440 MG/L, respectivamente), revelando carga poluidora orgânica e química expressiva, capaz de consumir quantidades significativas de oxigênio dissolvido junto ao Rio dos Sinos.

1.1 O laudo técnico do caso

Consoante os laudos de análises da água bruta do Rio dos Sinos feitos pelo Serviço Municipal de Águas e Esgotos de São Leopoldo, temos as seguintes conclusões:**(1)**

Análise dos resultados dos exames nas amostras:

Com base nos resultados dos exames de laboratório realizados nas amostras coletadas na foz do Arroio Portão e na estação de captação de água bruta do SEMAE, indicam-se as seguintes conclusões:

O ponto de contaminação do Rio dos Sinos situa-se junto à foz do Arroio Portão.

Justificativa:

- Não houve ocorrência de morte de peixes a montante deste ponto.
- As análises a montante, no ponto de captação de água bruta do SEMAE, não identificam alterações significativas nos índices de matéria orgânica, condições da água nos dias da catástrofe.

As análises na foz do Arroio Portão indicam a presença de alta carga poluidora, provavelmente de origem industrial, bem acima da constatada no Rio dos Sinos a montante desse ponto.

A carga poluidora excepcional encontrada na foz do Arroio Portão é de origem orgânica, fundamentalmente industrial.

Justificativa:

- Constata-se alto teor de matéria orgânica na foz do Arroio Portão, em índices muito superiores aos constatados a montante desse ponto.
- O teor de fósforo total na foz do Arroio Portão não destoa, de maneira significativa, daquele encontrado a montante desse ponto, indicando que a matéria orgânica excedente não tem origem, primordialmente, em esgoto cloacal doméstico.
- A condutividade na foz do Arroio Portão nas amostras coletadas estava muito acima daquela constatada a montante desse ponto, reforçando a indicação da origem industrial da carga poluidora orgânica.

A carga poluidora indica que sua origem está ligada às indústrias que empregam cádmio, cromo hexavalente e bário em sua cadeia produtiva.

Justificativa:

- Encontrada presença desses elementos na foz do Arroio Portão em concentrações acima daquelas presentes a montante deste ponto no Rio dos Sinos.

Esses elementos possuem propriedades e empregos:

B1. Bário: sais de bário são utilizados industrialmente na elaboração de cores, fogos de artifício, fabricação de vidro, inseticidas, nos canteiros de indústria de curtume.

B2. Cromo hexavalente: pode ocorrer como contaminante das águas sujeitas à poluição de indústrias de cromatos e galvanoplastia, águas de refrigeração.

B3. Cádmio: nas indústrias é utilizado em pinturas, galvanoplastia, baterias alcalinas, plásticos, cerâmica e fertilizantes.

Esses elementos foram encontrados nos efluentes lançados pelas empresas da região em quantidades capazes de determinar a mortandade de peixes.

Em Estância Velha, os elevados índices de poluição nos corpos hídricos receptores de efluentes do setor coureiro-calçadista despertaram o interesse do Ministério Público, a partir da análise do Inquérito Civil nº 01/99, iniciado pelo recebimento do Ofício 158/PATRAM/5º BPM/98, noticiando a ocorrência de grande mortandade de peixes no Rio Cadeia, na Cidade de São Sebastião do Caí/RS.

Naquela oportunidade, consoante relatório da PATRAM nº 036/98, datado de dezembro de 1998, o serviço de emergência da FEPAM indicou que a morte dos peixes foi causada por asfixia, decorrente da mineralização de material orgânico lançado em grande quantidade na água, reação que retiraria o oxigênio do meio líquido.

1.2 Os fatores da crise

Primeiramente cumpre salientar que o presente incidente ambiental que resultou na morte de 86 toneladas de peixes de diversas espécies com potencial econômico foi submetido a uma valoração de custos ambientais, da qual foi obtido um valor aplicável da ordem de R\$ 2.456.506,30 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e seis reais e trinta centavos).

Como principais fatores desencadeadores da crise, citamos a qualidade das águas, que constitui garantia para a recuperação ambiental. Tal garantia se daria envolvendo os seguintes aspectos:

1º) Uma efetiva proteção às áreas de preservação permanente, com a remoção de empreendimentos e construções instalados nas áreas de nascentes, banhados e margens de cursos d'água, a fim de ser possível o restabelecimento dos locais adequados para a reprodução dos peixes.

2º) Uma recomposição da vegetação ciliar ao longo dos recursos hídricos através de um programa para toda a bacia hidrográfica, especificamente nos locais em que apresentem remanescentes florestais nos arredores para fornecer sementes aos animais dispersores de semente.

Histórico do Caso

Desde agosto de 2004, a UTRESA – União dos Trabalhadores em Resíduos Especiais e Saneamento Ambiental, sociedade civil de interesse público, responsável pela disposição final de resíduos sólidos industriais CLASSES “I” e “II”, com área total de 34,95 ha e licenciada para receber um total de 10.000 m³/mês de resíduos sólidos pela FEPAM(2), órgão ambiental competente na espécie, vinha sendo investigada, por meio do Inquérito Civil nº 09/04, por irregularidades no depósito e na disposição dos resíduos sólidos recebidos, a partir do relatório de vistoria, encaminhado pela Vigilância Sanitária do Município de Estância Velha. Na ocasião, consoante o referido relatório, foi constatado que a empresa estava utilizando local não licenciado pela FEPAM para receber e armazenar alimentos vencidos, considerados resíduos sólidos, das empresas de supermercado, minimercados, lanchonetes, etc, uma vez que esses resíduos foram encontrados fora da área da Central, na Rua Adolfo Otto Kock, nº 441, Estância Velha/RS.

Em setembro de 2005, o Município de Estância Velha, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente, constatou novo ilícito por parte da referida entidade, lavrando o Auto de Infração nº 134/2005, remetendo cópia a esta Promotoria de Justiça. Novamente, a requerida estava dispondo de forma irregular resíduos em local não licenciado, sem atender às exigências de sua Licença de Operação, ainda com o agravante de destruição de vegetação nativa. Ao que fora apurado, a empresa, simplesmente, abriu uma clareira no meio da mata de sua propriedade e lançou, na terra, resíduos industriais contendo alumínio acima dos valores orientadores sugeridos pela CETESB(3), bem como metais pesados como cádmio e chumbo, pois no extrato solubilizado foi constatada a presença desses elementos acima dos limites previstos pela norma NBR 10.004, sendo necessária, agora, uma análise acurada do solo e da água daquela região, a fim de se apurar o grau de contaminação da área

Das Investigações

De par com as investigações encetadas pelo órgão ambiental estadual, o Município de Estância Velha, conhecedor da realidade local e das naturais dificuldades de pessoal e material da FEPAM, bem assim porque vinha constatando o elevado grau de poluição no Arroio Portão/Estância Velha, com o objetivo de colaborar com o sucesso do monitoramento da situação na Foz do Arroio Portão, tendo sido realizada, no dia 16.10.2006, coleta de amostra de água superficial no Arroio Cascalho, afluente do Arroio Portão/Estância Velha, a jusante e a montante da empresa investigada UTRESA, conforme foto abaixo.

As amostras recolhidas, armazenadas, acondicionadas e preservadas, conforme norma técnica, foram remetidas para o Laboratório do Centro Tecnológico do Couro/SENAI de Estância Velha/RS, a fim de serem analisados os seguintes parâmetros:

Resultado dos parâmetros e indicadores de qualidade das águas
Arroio Cascalho – Dia 16.10.2006

Descrição dos parâmetros

Padrão ou indicador - CONAMA 237/05

Unidade utilizada

Ponto Montante da Utresa (antes) -Data 16.10.2006

Ponto Jusante da Utresa (depois) - Data 16.10.2006

PARÂMETROS: Campo

Ph

6,0 a 9,0.

7,17

4,22

Temperatura Água

18°C

19° C

Temperatura Ar

28°C
28° C

PARÂMETRO: Físico-Químicos

Cádmio total

0,01 MG/L Cd
MG/L
<0,05
<0,05

Chumbo total

0,033 MG/L Pb
MG/L
<0,01
0,03

Cromo total

0,05 MG/L Cr
MG/L
<0,05
4,59

Cromo VI

MG/L
<0,05
0,05

DBO 5 dias a 20°C

até 10 mg/L O₂
mgO₂/L
40
543

Demanda Química de Oxigênio

mgO₂/L
49
913

As coletas realizadas indicaram que, efetivamente, a empresa UTRESA estava lançando efluentes líquidos para o meio externo, utilizando o Arroio Cascalho como corpo receptor, causando poluição no referido corpo hídrico. Tudo ao arrepio do órgão ambiental competente, uma vez que a empresa não está licenciada pela FEPAM para tratar, muito menos lançar qualquer líquido (percolado ou efluente) para o Arroio Cascalho. Consta na sua Licença de Operação expressamente:

"A Central não poderá tratar o percolado gerado dentro das suas instalações sem o prévio licenciamento do sistema de tratamento de efluentes líquidos, devendo o mesmo ser enviado para tratamento na ETE da empresa Brespel Cia. Industrial Brasil Espanha, ou outra previamente autorizada pela FEPAM; a carga deverá ser acompanhada dos respectivos Manifestos de Transporte de Resíduos-MTR, e com a ciência do responsável técnico pela operação da mesma, informando à FEPAM, mensalmente, os volumes encaminhados, bem como a relação dos números dos MTR emitidos, visando o atendimento do artigo 1º, parágrafo 3º, do Decreto Estadual nº 38.356; [...]."

Ao se analisar a Carta Magna, vislumbramos em seu artigo 170 a defesa do meio ambiente como princípio geral da ordem econômica e financeira ao lado dos princípios da função social da propriedade, da redução das desigualdades sociais e da busca do pleno emprego. Portanto, temos que o meio ambiente foi definido constitucionalmente como um bem jurídico e um valor jurídico que deve ser preservado e priorizado na questão do desenvolvimento econômico.

O ordenamento constitucional prevê que o meio ambiente equilibrado, direito de toda coletividade, é também dever, tanto desta quanto do Poder Público.

Cabe referir que outros desastres naturais freqüentemente ocorrem em todo Brasil, ocasionando grande mortandade na fauna e flora, com prejuízos tanto ao meio ambiente quanto às comunidades ribeirinhas que vivem da pesca e mesmo às cidades, poluindo seus mananciais etc.

As crises ambientais muitas vezes culminam em grandes desastres, provocados muitas vezes pela ação nociva da mão do homem. Abaixo nos reportamos a outras grandes crises, a exemplo da ocorrida no Rio dos Sinos/RS.

No Brasil, citamos alguns exemplos de crises geradas pelo desenvolvimento econômico nos ecossistemas existentes:

Terminal Almirante Barroso/São Sebastião/SP – 1970-1980, com 80 derramamentos;

Vila Socó, Cubatão/SP – 1984, ocorrendo explosão e morte de 98 pessoas;

Santos/SP – 1987, com o vazamento de 120 mil litros de óleo;

Refinaria de Paulínia/SP – 1988, com o vazamento de 100 mil litros de óleo;

Plataforma de Enchova/Rio – 1988, ocorrendo explosão e 32 mortes;

Salvador/BA – Abril/1991, vazamento de 50 t de amônia no porto de Aratu, matando parte da fauna e da flora dos manguezais de Salvador;

Baía da Guanabara/RJ – 1997, derramamento de 600 mil litros de óleo;

Baía da Guanabara/RJ – Jan/2000, derramamento de 1,3 milhão de litros de óleo;

Tramandaí/RS – Março/2000, vazamento de 18 mil litros de óleo;

Paraná – Julho 2000, vazamento de 4 milhões de litros de óleo.

Não só em países subdesenvolvidos, como o Brasil, temos a ocorrência de crises ambientais graves, citamos algumas das ocorridas no exterior:

Bretanha – 12.12.99: O Erika, bandeira de Malta, rompe-se na Costa da Bretanha e vaza 20 mil toneladas de óleo combustível;

Gales – 15.02.96: O Sea Empress, da Libéria, colide com uma rocha ao sul de Gales e verte 80 mil toneladas de petróleo cru;

Ilhas Shetland – 05.01.93: O Braer, bandeira da Libéria, afunda nas costas das Ilhas Shetland, inglesas, e despeja 98 mil toneladas de petróleo cru;

Galícia – 3.12.92: O Aegean Sea, bandeira grega, encalha na Galícia espanhola e vazam 72 mil toneladas de óleo cru;

Alasca – 24.3.89: O Exxon Valdez, americano, despeja 42 mil toneladas de petróleo cru. Morreram 580 mil aves marinhas, 5.500 nútrias, baleias-cinza e leões- marinhos.

A partir dos dados analisados acerca da crise instaurada no Rio dos Sinos, passaremos à confrontação com a Constituição Federal de 1988, bem como, frente à principal norma infraconstitucional aplicável ao caso em estudo.

2 Análise constitucional e principiológica

O Direito Ambiental à luz da Constituição Federal brasileira

O ordenamento constitucional prevê que o meio ambiente equilibrado, direito de toda coletividade, é também dever, tanto desta quanto do Poder Público.

Neste sentido, Fernanda de Medeiros:**(4)**

“Enquanto uns detêm o dever de preservar, outros detêm o poder de fiscalizar essa obrigação, ou ainda, para que se possa ter o poder de usufruir de um meio ambiente saudável e equilibrado, tem-se o dever de ser sujeito ativo em sua preservação. Assim, no que concerne à

proteção ambiental, a coletividade e o Estado possuem o poder e, sobretudo, o dever de preservar e, nele, o de proteger o meio ambiente.”

O nosso constituinte de 1988 elencou em seu artigo 225, caput, o meio ambiente equilibrado como um direito fundamental de 3ª geração, decorrente do próprio direito à vida, vedando qualquer utilização que venha a comprometer a integridade do bem protegido, consoante disposto no § 1º, inciso 3º, do já referido artigo, impondo ao Poder Público condutas a fim de conferir-lhe efetividade.

Neste sentido, Roxana Borges refere que o direito ao meio ambiente equilibrado não se pleiteia exclusivamente ao Estado, ou especialmente a outras pessoas, como se estes devessem alguma prestação àqueles. Sendo um direito-dever erga omnes, existe uma situação de solidariedade jurídica e de solidariedade ética em que os sujeitos encontram-se em pólos difusos. Definitivamente, o direito ao meio ambiente está fundado na solidariedade, pois só será efetivo com a colaboração de todos. A demanda que se faz neste momento não é que se proteja a propriedade do outro, ou sua liberdade, ou seu direito de assistência perante o Estado, mas o respeito ao outro, à pessoa e à vida em geral, que não se circunscreve ao espaço delimitado pelos direitos civis, políticos ou sociais, mas abrange todo o seu relacionamento com o meio ambiente e com o futuro, uma vez que o outro não é mais apenas aquele que se conhece agora, mas também aquele que está por vir, ou seja, são também as futuras gerações.**(5)**

Com base no supramencionado artigo da Carta Constitucional vigente, temos a certeza de que a defesa do meio ambiente enquanto direito difuso constitui um dever do Estado democrático de direito, assumindo a atividade dos órgãos e agentes na qualidade ambiental uma feição compulsória, que pode ser exigida do Poder Público quando do exercício das competências ambientais previstas em lei.

Ainda nesse sentido, segundo o artigo 170 da Carta Magna, temos a defesa do meio ambiente como princípio geral da ordem econômica e financeira ao lado dos princípios da função social da propriedade, da redução das desigualdades sociais e da busca do pleno emprego.

A proteção constitucional do meio ambiente como um todo é dever do Estado, sendo esta “sanidade ambiental” fonte de direitos da sociedade ante os seus indivíduos e também ante o próprio estado de direito.

A que foi prevista por nosso constituinte de 1988 não é a mesma que se dá para a proteção dos bens exercida pelo direito de propriedade. A proteção é difusa, pois abrange direitos e interesses de diversas

peças e, portanto, não encartado na compreensão tradicional dos direitos patrimoniais.

Não são direitos ou interesses que podem ser atribuídos a uma parte da sociedade ou a pessoas individualizadas. Trata-se de uma proteção plural que possui sujeitos indefinidos no momento da produção legislativa, sujeitos que somente se tornam definíveis após a aplicação das normas ao caso concreto.

Assim, a primeira constatação que surge do texto constitucional é que toda a sociedade torna-se sujeito de direitos ou de interesses referentes ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.

Portanto, temos que o bem jurídico ambiente é de fundamental importância para a vida das pessoas. Se sistematicamente ele se torna importante para a conceituação do Estado pelo só fato de estar previsto constitucionalmente, ele também é reconhecido como essencial para a existência digna do Homem, tomada esta no seu conceito mais amplo possível.

Portanto, temos que o meio ambiente foi definido constitucionalmente como um bem jurídico e um valor jurídico fundamental que deve ser preservado e priorizado na questão do desenvolvimento econômico.

Ser considerado direito fundamental significa que ele não pode ser modificado pela maioria porque se constitui em garantia contramajoritária.

O ordenamento constitucional prevê que o meio ambiente equilibrado, direito de toda coletividade, é também dever, tanto desta quanto do Poder Público.

Sob a ótica constitucional vigente, temos que o meio ambiente passa de mero objeto a ser um valor em si mesmo, razão pela qual a sua preservação deve se dar mesmo que isso cause ofensas à propriedade.

Nesse sentido citamos a lição de Annelise Steingleder:

“O ambiente tornou-se um bem jurídico autônomo,**(6)** desvinculado de seu aspecto patrimonial, o que implica dizer que um mesmo objeto ambiental pode se submeter à propriedade – no sentido do direito civil – e à propriedade – no sentido dos direitos difusos. Na primeira hipótese trata-se da propriedade enquanto coisa móvel ou imóvel, e no segundo sentido, propriedade tomada como interesse na sua preservação.”

A crise ambiental instaurada em nosso Planeta já é por todos consabida, mas a preocupação com a herança que deixaremos às gerações futuras está cada vez mais em voga.

Vivemos em uma sociedade de risco, onde constantemente vemos direitos perecerem em razão tanto da mão do homem, buscando cada vez mais e egoisticamente o crescimento econômico, como pelo Estado, que muitas vezes é omissor, quando deveria resolver os conflitos buscando o interesse da coletividade como um todo e não só à parte mais interessante financeiramente.

Nesse sentido, citamos a obra "Risk Society Toward a New Modernity", de Ulrich Beck, na qual o autor enfatiza que as incertezas são trazidas pela sociedade de risco (risk society) em fase de transição, advinda da sociedade industrial.

Beck vê uma dimensão perigosa para o desenvolvimento, especialmente considerando a função da ciência e do desenvolvimento científico e industrial, são o perigo e o risco trazendo a possibilidade de catástrofes e resultados imprevisíveis na dimensão estruturante da sociedade.**(7)**

Ao longo da nossa história, crescemos em número (somos hoje aproximadamente 6,7 bilhões de pessoas) e modificamos quase todo o Planeta.**(8)**

Graças aos avanços científicos, tomamos consciência de que nossa sobrevivência na Terra está fortemente ligada à sobrevivência das outras espécies e que nossos atos, relacionados às alterações no Planeta, podem colocar em risco nossa própria sobrevivência.

Contudo, aliado ao desenvolvimento científico, temos o crescimento econômico, que nem sempre esteve preocupado com as questões ambientais.

A busca desenfreada de lucro muitas vezes deixava de herança a escassez de muitos recursos ambientais, tais como a água do Planeta.

De toda a água existente no mundo, 97% está nos oceanos. Dos 3% de água doce restantes, quase $\frac{3}{4}$ estão em forma de geleiras. Assim, resta muito pouca água doce para atender às necessidades humanas, de matar a sede das populações até irrigar plantações e abastecer indústrias.

Exemplos são muitos, como o desvio de cursos d'água para irrigação na agricultura, resíduos tóxicos das indústrias desaguando em nossos rios.

Tais condutas não afetam tão-somente nossos rios ou mares, como também as espécies presentes.

A perda de espécies vegetais e animais, causada pela poluição, pela exploração exagerada e pela invasão de habitats por outras espécies, foi agravada pela variação das temperaturas, chuvas e ventos.

A diversidade biológica brasileira representa um vasto tesouro ainda a ser descoberto, podendo tornar-se uma fonte expressiva de divisas para o país e uma alternativa de desenvolvimento para regiões remotas e comunidades isoladas.

O dano ambiental, conforme leciona José Rubens Morato, “tem um perfil multidimensional, atingindo concomitantemente o bem jurídico ambiental e outros interesses jurídicos”.**(9)**

Ainda, nesse mesmo sentido, segue o autor supramencionado:

“O sistema jurídico brasileiro protege o bem jurídico ambiental com finalidade dúplice:

1. No que diz respeito à proteção e à capacidade funcional do ecossistema; e

2. Visando conservar a sua capacidade de aproveitamento humano.”

Analisando o caso do Rio dos Sinos, constatamos que não houve uma efetiva proteção ao seu ecossistema, pois ficou comprovado, tanto nas perícias como no inquérito civil, que as empresas da região jogavam seus dejetos através de um sistema de by pass diretamente no rio, sem qualquer tipo de tratamento.

Com tais comportamentos por parte das empresas envolvidas, vislumbra-se não haver qualquer condição de conservação da capacidade de aproveitamento humano, culminando na morte de toneladas de peixes.

O Direito Fundamental ao ambiente é um direito difuso porque seu sujeito não pode ser individualizado a priori. Todos têm direito ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, o que desvincula este direito da noção clássica de direitos com sujeitos pré-definidos.

Segundo José Afonso da Silva, a Constituição definiu como bem de uso comum do povo a qualidade ambiental e seu equilíbrio, destacando que esses atributos do meio ambiente não podem ser de apropriação privada, mesmo quando seus elementos constitutivos pertençam a particulares.**(10)**

Ou seja, o meio ambiente, como direito fundamental de toda a coletividade, é indivisível.

Como todo direito fundamental, ele colide com outros direitos. Essa colisão do direito ao ambiente se percebe nos casos em que o desenvolvimento possui um alto preço, que é a degradação ambiental. Há casos em que a liberdade do homem é limitada porque seu exercício acarreta degradação ambiental agressora dos direitos fundamentais de outrem.

Em todos esses casos deverá haver uma compatibilização, garantindo-se a sobrevivência de todos os direitos fundamentais, preservando-se o núcleo essencial de cada um deles.

É preciso compatibilizar o direito fundamental ao ambiente com outros direitos constitucionais. Apenas assim pode-se ter um efetivo Estado de Direito Ambiental que possa gerar um Estado do Bem Estar Ambiental.

2.1 O desenvolvimento econômico X sustentabilidade

Segundo a Teoria do Desenvolvimento Sustentável, também conhecido como “ecodesenvolvimento”, a satisfação das necessidades do presente devem ser feitas sem colocar em risco a capacidade das futuras gerações de terem suas próprias necessidades satisfeitas.

O que se busca através dessa teoria são resultados mais visíveis, ou seja, que haja uma verdadeira “justiça intergeracional”, na qual uma geração não tem o direito de desperdiçar aquilo que recebera e muito menos de degradar e comprometer o direito de gerações futuras, no que concerne aos recursos ambientais.

O que se almeja é o desenvolvimento sustentável que é aquele viável economicamente, justo socialmente e correto ambientalmente, levando em consideração não só as nossas necessidades atuais, mas também as das gerações futuras, tanto nas comunidades em que vivemos quanto no planeta como um todo.

Cabe referir a lição de Cristiane Derani:

“A economia do ambiente, que se funda, em síntese, no cálculo econômico dos bens ambientais”.**(11)**

O conceito dessa proposta, segundo Derani, é que tal modelo procura normatizar uma economia para uso de um bem e determinar artificialmente um valor para a conservação de recursos naturais.

Seriam estes os meios encontrados para integrar os recursos naturais ao mercado.

O desenvolvimento econômico coloca em choque o ambiente e a economia, nesse sentido vem Condesso:

“O ambiente e a economia têm vivido em tensão e até mesmo em antagonismo.”**(12)**

Nesse sentido, deve-se buscar um desenvolvimento econômico sustentável, baseado no ecodesenvolvimento, ou seja, deve se buscar a satisfação das necessidades do presente sem colocarmos em risco a capacidade das gerações futuras de terem as suas próprias necessidades satisfeitas.

Nessa mesma linha, Franco faz a seguinte citação:**(13)**

“(...) é essa verificação de pontos negros, digamos assim, de equilíbrio entre a atividade econômica e a qualidade de vida e a ordenação natural que vêm colocar em causa o conflito tradicional de crescimento que a revolução industrial implantou e que, de algum modo, inspirou a lógica dos sistemas capitalistas até o nosso século.”

Na ECO 92, foi dado um destaque especial para a conservação da biodiversidade – o que serviu para desencadear a consciência sobre a interação de todas as espécies (inclusive a nossa) e as conseqüências de possíveis desequilíbrios gerados pelas atividades humanas.

Cabe destacar o princípio nº 15 desta Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, que diz:

“De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com as suas necessidades.

Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”.

A degradação ambiental, que por vezes acompanha o crescimento econômico, principalmente em atividades de cunho empresarial, passa a ser coibida pelo Direito, resultando em um princípio basilar do Direito Ambiental, o Princípio da Precaução.

Nesse sentido, outra importante norma de proteção ao meio ambiente, devendo ser efetivada como um direito fundamental da

sociedade como um todo, é o previsto nos itens 2 e 3 da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente de 1972, conforme segue:

"A proteção e o melhoramento do meio ambiente é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos."

"O homem deve fazer constante avaliação de sua experiência e continuar descobrindo, inventando, criando e progredindo. Hoje em dia, a capacidade do homem de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência. Aplicando errônea e imprudentemente, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e a seu meio ambiente. Em nosso redor vemos multiplicarem-se as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da terra, níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos, grandes transtornos de equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências."

Portanto, vemos que a proteção ao meio ambiente sadio é fundamental e protegida internacionalmente, não basta não querer gerar o dano em sua atividade econômica, o que se quer é a preocupação e a prevenção de danos à natureza, com políticas pró-ambiente, compatibilizando desenvolvimento e preservação.

Conforme José Rubens Morato Leite, uma justiça intergeracional, em que uma geração não tem o direito de desperdiçar aquilo que recebeu e menos ainda de degradar e comprometer o direito de gerações futuras, no que concerne aos recursos ambientais.**(14)**

Houve um crescimento da preocupação em aliar o desenvolvimento econômico à conservação do meio ambiente, devendo ser estabelecidos os critérios e padrões de qualidade ambiental e normas relativas ao uso e ao manejo dos recursos ambientais, bem como incrementadas políticas públicas, aliadas a campanhas de conscientização da Sociedade atual, a fim de que os recursos naturais também estejam à disposição futuramente.

Nesse sentido, cabe referir Antônio Hermann Benjamin:

"(...) a participação pública reprime a tendência dos órgãos administrativos, quando ninguém mais participa do processo decisório, de favorecer as indústrias que fiscalizam. O administrador público, até de boa-fé, agride o ambiente ou é conivente com a degradação ambiental, em razão de não ter à sua disposição

elementos informativos que contrariem os dados e os fatos unilateralmente trazidos pelos agentes econômicos”.(15)

É esse o entendimento dos Tribunais, no sentido de aliar o desenvolvimento econômico à política de sustentabilidade, conforme se depreende do aresto do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que segue abaixo:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ESTAÇÃO DE RÁDIO-BASE. TELEFONIA CELULAR. CIDADE DE IRAÍ. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. I - PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. - Ação que objetiva a dois provimentos autônomos: de não-fazer (não instalação de ERB sem prévio EIA e licenciamento) e de fazer (providenciar o EIA e o licenciamento ambiental). Primeiro pedido prejudicado diante da autorização judicial de instalação e operação das Estações de Rádio-Base sem que, no entanto, gere ausência de interesse recursal, pois se mantém o pedido de realização do Estudo de Impacto Ambiental. - Estudo apresentado pela TELET S/A firmado por bióloga que retrata apenas o impacto da ERB em vista do paisagismo urbano. Ausência de estudo relativo a exposição prolongada ao espectro eletromagnético. - Especificação, em razões de apelo, do laudo necessário à comprovação de ausência de dano ao meio ambiente (laudo radiométrico) que não se traduz em modificação do pedido, na medida em que há fundamentação exposta na exordial, relativamente aos danos potenciais que revela qual a espécie de estudo a ser realizado. Ademais, considerando que as recorridas exploram serviço de telefonia, têm total conhecimento de qual o estudo que melhor reflete as possibilidades de danos advindos da exposição prolongada ao espectro magnético. MÉRITO. - Dever imposto pela Constituição Federal – artigo 225 – ao Poder Público e à própria coletividade de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, sujeitando-se os infratores a sanções penais e administrativas, independentemente de reparação do dano ocasionado. - Estudo de Impacto Ambiental com a devida publicização para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental exigido com base no artigo 225, IV, da Constituição Federal e na aplicação dos princípios da precaução e do direito ao desenvolvimento sustentável a fim de evitar-se o dano, e não apenas repará-lo. Precedente da Câmara e do e. STJ. - Ônus da empresa de comprovar que a atividade praticada não gera danos ao meio ambiente. - Dispensa do licenciamento ambiental que não afasta a necessidade de realização do EIA, pois a licença concedida por um órgão (estadual) não dispensa a aquiescência de outros órgãos (federal e municipal). Ademais, o EIA não serve apenas para embasar a licença, mas para dar à sociedade conhecimento acerca da possível degradação do meio ambiente. - Ausência de afronta aos princípios

da isonomia e da impessoalidade, pois contra a empresa VIVO foi instaurado Inquérito Cível e exigida, em Compromisso de Ajustamento, a realização de Estudo de Impacto Ambiental, já realizado, com publicidade à sociedade através de audiência pública. REJEITARAM AS PRELIMINARES E DERAM PROVIMENTO À APELAÇÃO.”(16)

Na esfera federal também encontramos semelhante entendimento, conforme aresto do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no julgamento da Apelação Civil nº 2000.70.08.001184-8, pela Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler:

“ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSTRUÇÃO DE RODOVIA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. IBAMA. INTERESSE NA LIDE. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. PERÍCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA.

1. Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Paraná, a fim de vedar a construção de rodovia entre a BR-277 e o Porto de Antonina.
2. A participação do IBAMA na lide pode se dar como simples interessado, na forma do art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 9.469/97, sendo possível, de ofício, determinar o correto posicionamento das partes na ação.
3. É desimportante a declaração judicial acerca da competência para licenciamento da obra, seja do órgão ambiental estadual, seja do federal, uma vez que a discussão foge aos limites da lide.
4. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.
5. Manifesto potencial de poluição e degradação da obra impugnada, havendo indícios inclusive no sentido de que a rodovia pode ser construída sobre área de preservação permanente.
6. Imprescindibilidade da realização de prova pericial, de modo a instruir os autos com suporte probatório suficiente quanto ao real impacto da obra sobre a vegetação e os sítios arqueológicos da região, bem como no tocante à eficácia das medidas mitigadoras previstas no projeto.
7. Anulação da sentença, que indeferiu o pedido de prova pericial requerido pelas partes, julgando a lide antecipadamente, visto estar caracterizado o cerceamento de defesa.

8. Apelação do IBAMA parcialmente procedente. Prejudicada a apelação do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado do Paraná.”

Ainda, no mesmo sentido, Tribunal de Justiça de São Paulo:

“MEIO AMBIENTE. Infração ambiental. Multa. Indústria química. Atividade poluente em local proibido. Mudança completa das instalações não efetivada. Continuidade parcial das atividades poluentes. Infração à legislação ambiental. Manutenção da penalidade. Recurso provido.”(17)

Para complementar o estudo proposto nesta monografia, passo a colacionar as ementas específicas do Tribunal de Justiça/RS sobre o desastre do Rio dos Sinos:

“EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DESASTRE AMBIENTAL NO RIO DOS SINOS. PESCADORES PRIVADOS DO SEU MEIO DE SUSTENTO. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. VERBA ALIMENTAR PROVISIONAL DEFERIDA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PROPORCIONALIDADE.”

“EMENTA: AGRAVOS DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL EM RAZÃO DE DANO AMBIENTAL. AÇÃO COLETIVA AJUIZADA POR ASSOCIAÇÃO. RESSARCIMENTO DE DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS COLETIVOS. BEM JURÍDICO DE DIREITO PÚBLICO. TUTELA COLETIVA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. COMPETÊNCIA INTERNA. 1. Trata-se de ação coletiva com pedido de antecipação de tutela, ajuizada por associação de pescadores, cuja causa de pedir é a ocorrência de dano ambiental. Pretende a requerente a tutela de direitos individuais homogêneos, isto é, conjunto de direitos subjetivos individuais ligados entre si por uma relação de afinidade, de semelhança, de homogeneidade, o que permite a defesa coletiva de todos eles. 2. A via processual eleita é um instrumento para tutelar coletivamente os direitos subjetivos, inserindo-se nas regras processuais do processo coletivo, com base no art. 21 da lei da ação civil pública (Lei nº 7347/85) e no art. 81, inciso III, do CDC (Lei nº 8078/90). 3. Neste passo, resta obstada a análise diferenciada da situação de cada membro da entidade e permite-se a prolação de sentença genérica. Dada a roupagem processual coletiva ao direito subjetivo de cada indivíduo, ficam desprezadas e necessariamente desconsideradas as peculiaridades agregadas à situação pessoal e diferenciada de cada interessado. 4. Portanto, escolhida a via da tutela coletiva, como medida de celeridade processual, a análise do direito em discussão perdeu o seu caráter eminentemente privado para ingressar no campo de exame do direito público, inclusive, com um pedido expresso de dano moral ambiental coletivo a uma

associação de pessoas. 5. Enfim, não estamos diante de um feito de direito privado, porque tanto o rito processual escolhido (tutela coletiva) como a natureza do bem jurídico em exame (bem ambiental) situam-se no âmbito do direito público. Assim, ainda que se esteja pretendendo o reconhecimento da responsabilidade civil das empresas demandadas, a matéria posta em discussão é de direito público, motivo bastante para ser determinada a sua redistribuição para uma das Câmaras de Direito Público. 6. Ademais, a petição inicial da ação coletiva noticia a propositura da ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público, tramitante no mesmo Juízo, contra a ora ré. Não há dúvida de que eventual recurso no âmbito da ação civil pública deve ser distribuído a uma das Câmaras de Direito Público desta Corte. Neste passo, o julgamento da presente ação por Câmara de Direito Privado importaria na admissão de eventuais decisões conflitantes sobre a mesma causa de pedir ou questão de fato, isto é, a responsabilidade civil da demandada pela mortandade de peixes no Rio dos Sinos. 7. Portanto, deve prevalecer a distribuição originária. DÚVIDA DE COMPETÊNCIA SUSCITADA.” (Agravado de Instrumento Nº 70019352186, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Odone Sanguiné. Julgado em 05.07.2007.

“EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. MORTANTE DE PEIXES NO VALE DO RIO DOS SINOS. DIVULGAÇÃO DE NOME DE EMPRESAS SUPOSTAMENTE ENVOLVIDAS. VÍCIOS FORMAIS NA ACUSAÇÃO VIOLANDO O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA QUE AFASTAM O DIREITO DE DIVULGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE DANO AMBIENTAL. Sopesamento de princípios. EFEITO SUSPENSIVO INDEFERIDO. 1. Não tem a FEPAM, como Administração Pública responsável pelo meio ambiente no Estado do Rio Grande do Sul, legitimidade para divulgar os nomes de empresas supostamente envolvidas no desastre ambiental ocorrido no Vale do Rio dos Sinos com a mortandade de peixes por ferir o princípio do devido processo legal administrativo no qual se inserem os princípios do contraditório e da ampla defesa. 2. Isso porque o poder de polícia ambiental que a fundação detém não é absoluto e deve ser sopesado com tais princípios constitucionais garantistas, encimado ainda pelo princípio da inocência, que são limitadores do agir administrativo. A divulgação de dados sobre danos ambientais é salutar e merece divulgação, desde que não impute a alguém a responsabilização de forma viciada por sua prática. 3. AGRAVO DE INSTRUMENTO NEGADO.”(18)

Por fim, o Superior Tribunal de Justiça:

“Ação de indenização. Petrobras. Rito ordinário. Prequestionamento. Legitimidade passiva ad causam. Arts. 14, § 1º, da Lei 8.938/81, 159 e 1.521, III, do CC.

I. O que se entende como prequestionamento não é a simples menção ao dispositivo, mas sim a manifestação expressa por parte do Tribunal a quo da tese jurídica trazida no recurso especial.

II. O art. 14, § 1º, da Lei 8.938/81 cuida da responsabilidade objetiva em decorrência de danos causados ao meio ambiente.

III. A presente demanda não envolve o dever de reparar danos ao meio ambiente, mas sim de ressarcir os gastos tidos pela execução de serviços pela agravada. Ainda que o acórdão objurgado tenha se posicionado pela legitimidade passiva ad causam da agravante, tomando por base o artigo 14, § 1º, da Lei 8.938/81, persiste sua legitimidade ad causam em razão do disposto nos arts. 159 e 1.521, III, do CC. Agravo no agravo de instrumento a que se nega provimento.”(19)

2.2 As principais fontes de Direito Ambiental aplicáveis no caso do Rio dos Sinos

Além da Constituição Federal de 1988, já citada como a principal fonte, temos também uma importante fonte na legislação infraconstitucional, por sua vez, representada na Lei Federal nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, cria o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, bem como estabelece os respectivos objetivos.

É com a referida lei que houve o reconhecimento do meio ambiente como bem jurídico autônomo, segundo a definição em seu artigo 2º:

“Meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. (BRASIL, Lei 6.938/81)

Em seu artigo 2º, temos que política ambiental objetiva tanto a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida como assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade humana.

Como principais objetivos dessa lei, temos a chamada tutela preventiva do meio ambiente, ou seja, a preservação, melhoria e também recuperação da qualidade ambiental, para fins de uma vida saudável, além de se assegurar a toda população condições para que haja um desenvolvimento, tanto social como econômico, sem prejudicar os bens ambientais.

Para fins de implementação de uma correta política ambiental, é preciso agregar tanto os princípios constitucionais estabelecidos pela Carta de 1988, como com a legislação infraconstitucional, no presente estudo, principalmente com a Lei 6.938/81.

Segundo a previsão do artigo 3º, II e III, da Lei 6.938/91, o conceito legal de dano ambiental e poluição é:

“Artigo 3º- Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

(...)

II- a degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

1. Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
2. Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
3. Afetem desfavoravelmente a biota;
4. Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
5. Lancem matérias ou energias em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Como se depreende do texto legal, temos que, no caso em estudo, há a ocorrência de pelo menos quatro dos incisos.

A falta de oxigenação da água foi um dos fatores determinantes para a morte dos peixes, sendo que o fato de as empresas envolvidas jogarem diretamente seus efluentes sem qualquer tratamento no canal do Rio dos Sinos através de sistemas ilegais somente veio a agravar uma crise que há muito vinha calada.

Não somente a fauna fora prejudicada, a população também sofreu as conseqüências da mortandade de peixes. Segundo entrevistas feitas com a comunidade ribeirinha, o odor proveniente do rio era insuportável.

Quantas espécies de alto valor econômico, como, por exemplo, o peixe dourado, vieram a perecer?

No presente caso, temos a ocorrência **não somente de um dano ecológico puro**, o qual, conforme leciona Edis Milaré, refere a noção de dano ecológico puro, quando o dano incide sobre o meio ambiente em si mesmo considerado, na sua dimensão supra-individual e inapropriável, divorciado dos interesses individuais relativos.**(20)**

Mas, sim, ocorrera também uma lesão imposta aos bens individuais associados à degradação ambiental, já que o desastre do Rio dos Sinos não somente produziu a contaminação hídrica, com a conseqüente morte de diversas espécies de peixes, como também causou lesão ao valor patrimonial ambiental que é protegido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225.

Deve haver uma graduação inerente ao risco, pois alguns procedimentos feitos pelas empresas localizadas na região do Sinos possuem riscos tão elevados que a sua produção e a sua utilização deveriam ser proibidas.

Tal dever ambiental fundamental justifica-se pela obrigação que o Estado possui de tutelar o ambiente, protegendo-o não apenas das atividades dos próprios particulares, mas também, e às vezes principalmente, das atividades estatais.

A proteção da fauna e da flora é um dever ambiental fundamental. Obviamente é de toda a sociedade a atribuição de proteger e preservar a fauna e a flora, aos poderes públicos resta a incumbência não apenas de não realizar atos que agridam o patrimônio florístico e faunístico, mas também realizar condutas públicas que impeçam atos atentatórios praticados por particulares.

A fauna e a flora possuem natureza pública. São bens de uso comum do povo – segundo determinação constitucional – e, ainda que alguns espécimes estejam sob o domínio privado, eles possuem um valor que transcende aos limites patrimoniais, tornando-se, nesse sentido, patrimônio público.

Ainda no tocante à conceituação de bem ambiental, é necessário referir o Professor Morato Leite, conforme segue:

“Dano ambiental deve ser compreendido como toda lesão intolerável causada por qualquer ação humana (culposa ou não) ao meio ambiente, diretamente, como macrobem de interesse da coletividade, em uma acepção totalizante, e indiretamente, a terceiros, tendo em vista interesses próprios e individualizáveis e que se refletem no macrobem.”**(21)**

O nosso meio ambiente vem sofrendo seguidos ataques, implicando a reação da natureza, como chuvas, frios ou calor fora de época; secas, vendavais, maremotos, tudo a evidenciar verdadeiro processo de degradação. Em não se alterando a maneira de tratar (tutelar) o meio ambiente, bem indisponível, constituindo-se certamente em um "dever", não só "poder", continuar-se-á em processo de sistemática degradação.

Como leciona Mirabete, o conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também a acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e de sua repercussão. A conveniência da medida, como já decidiu o STF, deve ser regulada pela sensibilidade do juiz à reação do meio ambiente à ação criminosa.**(22)**

O dano ambiental atinge a sociedade como um todo, isso porque atinge o meio ambiente enquanto bem de uso comum do povo, daí porque os operadores do direito possuem dificuldades quando da reparação do mesmo e quais instrumentos/formas serão aplicadas para o feito.

É esse o caráter multidisciplinar, dependente de prova técnica interdisciplinar, que deve ser empregado para fins de reparação, o que não é contemplado pelo sistema clássico, mas que se faz necessário para a apuração dos impactos sofridos e seus efeitos cumulativos, potenciais e futuros.

Neste sentido, cabe referir como características do dano ambiental reparável, os ensinamentos da obra Direito Ambiental, de Sílvia Cappelli, Ana Maria Marchesan e Annelise Steigleder:**(23)**

A doutrina vem assinalando as seguintes características do dano ambiental reparável:

- a) Anormalidade: segundo a atividade do pretense responsável, com modificação das propriedades físicas e químicas dos elementos naturais de tal grandeza que percam, parcial ou totalmente, sua propriedade ao uso;
- b) Gravidade: transposição do limite ao máximo da capacidade de absorção de agressões. Aferível em concreto, já que o dano pode ocorrer mesmo com a obediência aos limites de tolerância impostos na norma de emissão de poluentes;
- c) Periodicidade: repetição e insistência, excedendo a capacidade natural de assimilação e de reintrodução dos detritos no ciclo biológico;

d) Prejuízo: pode ser imputado a um acontecimento único de caráter incidental – anormalidade no estado puro.”

Por fim, cabe referir que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao julgar o caso ora em estudo, considerou inequívoca a prova das alegações da Colônia de Pescadores da região atingida pelo desastre ambiental, reconhecendo estar alicerçada na ocorrência do dano ambiental, que consubstanciou na mortandade de oitenta e seis toneladas de peixes no Rio dos Sinos, em razão do despejo de efluentes químicos, resíduos líquidos e sólidos, em desacordo com as normas ambientais para o seu tratamento, apontando a responsabilidade das empresas rés da ação coletiva originária.

O evento danoso provocou a instauração, pelo Ministério Público, de inquérito civil contra as demandadas, bem como o ajuizamento de ação civil pública, visando à reparação ambiental, tramitante no mesmo juízo da presente ação coletiva. No âmbito criminal, a imputação de autoria de crimes ambientais às empresas envolvidas, bem como aos seus dirigentes, também foi objeto de denúncia ofertada pelo órgão ministerial do Estado do Rio Grande do Sul.

A Corte considerou que, havendo prova inequívoca do dano ambiental ocorrente na região de atividade profissional da colônia de pescadores, afetando diretamente o produto extraído do Rio dos Sinos para comercialização (mortandade de toneladas de peixes), os prejuízos econômicos aos membros daquela associação são notórios.

Estando presente a verossimilhança nas alegações de responsabilidade por ato ilícito das empresas demandadas, não só o Poder Público, que já ofereceu cestas básicas e antecipou o seguro-defesa aos pescadores, mas também os estabelecimentos que contribuíram para o dano ao patrimônio ambiental devem garantir a subsistência da população, privada dos seus meios de sustento, durante o provável longo curso da demanda.

Restou comprovado nos autos do julgamento do agravo no tribunal que, durante o período de queda na piscosidade da área, os pescadores não poderiam ficar privados de renda valiosa à sua subsistência, ainda mais em se tratando de pesca, destinada hoje não só ao comércio, mas, sobretudo, ao auto-sustento.

Ficando plenamente demonstrado o rompimento do famigerado binômio necessidade dos pescadores versus possibilidade das empresas quanto ao pagamento da verba alimentar provisional, colocando-se como pressuposto, em linha de princípio, a existência de uma relação de dependência econômica, efetiva, presumida ou até

mesmo eventual entre a subsistência de um pescador e a renda auferida por ele em função da pescaria.**(24)**

Considerações finais

No que fora anteriormente analisado no presente estudo, temos a crise ambiental alicerçada na ocorrência do dano ambiental, consubstanciado na mortandade de oitenta e seis toneladas de peixes no Rio dos Sinos, em razão do despejo de efluentes químicos, resíduos líquidos e sólidos, em desacordo com as normas ambientais para o seu tratamento, cuja responsabilidade é imputada às empresas localizadas na região do Sinos.

O evento danoso provocou a instauração, pelo Ministério Público, de inquérito civil contra as demandadas, bem como o ajuizamento de ação civil pública, visando à reparação ambiental. No âmbito criminal, ainda não houve o julgamento final da ação para fins de imputação de autoria de crimes ambientais a tais empresas.

É cediço que a reparação de danos ambientais, senão impossível, em muitos casos, encontra obstáculos de ordem natural e técnica, de custosa e demorada transposição. O Rio dos Sinos e seus formadores recebem, em quantidades crescentes e em nível de condicionamento inadequado, cargas poluidoras oriundas principalmente de despejos domésticos e resíduos sólidos urbanos, fato que vem acarretando a progressiva degradação da qualidade de suas águas.

Na bacia, é mínimo o percentual de esgotos domésticos urbanos submetidos a algum tipo de tratamento (menos de 10%) e, ainda assim, em maior parte com tratamento ao nível primário.

No que se refere à poluição das águas ocasionada pelas atividades industriais, a situação do Rio dos Sinos já foi, no passado, extremamente grave, uma vez que ocorria a descarga de efluentes industriais não tratados, especialmente de grandes curtumes.

Entre as prováveis causas apontadas para a mortandade de peixes, podemos citar que a quantidade da matéria orgânica presente nas águas do rio apresenta valores elevados. A decomposição biológica dessa matéria orgânica contida nas águas tem como consequência uma drástica redução dos níveis de oxigênio dissolvido, com sérios prejuízos à vida aquática.

Seguramente o evento da mortandade de peixes ocorrida no período de 8 a 11 de outubro foi desencadeado a partir da situação de péssima qualidade das águas, decorrente principalmente do despejo de esgotos domésticos urbanos não tratados e da presença de detritos carreados pela drenagem pluvial urbana, ocasionando a

redução dos níveis de oxigênio dissolvido nas águas, associando-se a esse fato a conjugação de outros fatores adversos, como período de baixa vazão natural do rio, ainda mais reduzida devido ao uso para irrigação (cabendo referir a existência de diversas captações para este uso nos trechos de montante, sem a devida outorga), agregado ao alto índice de poluição proveniente das indústrias da região.

Todas essas prováveis causas estão ligadas ao crescimento industrial da região. O desenvolvimento econômico deve também buscar proteger e preservar as espécies existentes, bem como o Poder Público deve formular políticas efetivas à proteção para que as gerações futuras efetivem seu direito ao meio ambiente protegido, tendo acesso a todos os recursos ambientais necessários para a manutenção da vida.

O investimento massivo na recuperação e na conservação ambiental, a adoção de tecnologias limpas, o estabelecimento de mecanismos financeiros de estímulo à proteção ambiental e o combate à exclusão social são alguns dos passos a serem dados na direção desse novo modelo de desenvolvimento.

O uso racional de recursos naturais também deve ser contemplado nas nossas políticas públicas.

A crescente preocupação com a qualidade ambiental tem levado as indústrias brasileiras a buscarem alternativas tecnológicas de represamento das áreas a partir do Delta do Jacuí devido à ocorrência de ventos soprando no sentido sul-norte, coincidindo também com o período da piracema dos peixes, que se deslocavam em direção às nascentes.

A recuperação dos 20 quilômetros do Rio dos Sinos (RS) atingidos pelo desastre ambiental deve durar pelo menos três anos, segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap). No mês seguinte aconteceria a época da piracema, período de reprodução dos peixes, possivelmente, nos próximos dois ou três anos haverá um comprometimento muito grande na reprodução dos peixes. O desastre compromete muito os estoques e a reprodução.

É importante alertar que o fenômeno ocorrido, denominado como "acidente ambiental", tende a se caracterizar como situação recorrente, perfeitamente previsível, se mantido o atual quadro de falta de saneamento, no que se refere à coleta e ao tratamento dos esgotos domésticos.

Devemos agregar a conscientização da sociedade e a legislação ambiental, a fim de que também as empresas busquem uma relação mais sustentável com o meio ambiente.

Por fim, temos uma das mais belas biodiversidades do Planeta, culminando em um forte turismo ecológico e belos artesanatos produzidos, razão pela qual devem ser respeitadas as políticas nacionais de proteção ao meio ambiente, bem de uso comum do povo, direito fundamental da sociedade de hoje como das gerações futuras, a fim de não vermos a repetição de outra crise ambiental tal qual o desastre ocorrido no Rio dos Sinos/RS.

Referências bibliográficas

ABOSO, Carlos Eduardo; ABRALES, Sandro Fábio. Responsabilidad de La persona jurídica en el DP Contemporaneo, n. 1, **Rev. de Ciencias Penales**, Corrientes: Mave, 1998.

ACETI JR., Luiz Carlos. **Direito Ambiental e Direito Empresarial**. São Paulo: América Jurídica, 2002.

ANDRADE, Nelson Luis Sampaio de. Consumo Sustentável. **Revista da Associação Paulista do Ministério Público**, n. 22, set. 1998

ASSIS MACHADO, Marta Rodrigues de. **Sociedade de Risco e direito penal**. IBDCRIM, 225.

BECK, Ulrich. **Risk Society toward a new modernity**. London: Sage, 1992.

BENJAMIN, Antonio Herman. **Paisagem, Natureza e Direito**. Instituto O Direito por um Planeta Verde. Homenagem ao Professor Alexandre Kiss. v. 2.

_____. Objetivos do Direito Ambiental. **Lusíada - Revista de Ciência e Cultura**. Actas do I Congresso Internacional de Direito do Ambiente. Porto, 1996.

BORGES, Roxana Cardoso. Direito ambiental e teoria jurídica no final do século XX. In: VARELLA, Marcelo Dias; BORGES, Roxana (org.). **O novo em direito ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

CAPPELETTI, Mauro. Tutela dos interesses difusos. Trad. Tupinambá Azevedo, **Rev. MP-RS**, nova fase, v. 1, n. 18. Luzzatto, 1985.

CAPPELLI, Sílvia. O Estudo do Impacto Ambiental na realidade brasileira. Rio Grande do Sul. **Revista do Ministério Público** n. 27. 1992.

CLÁUDIO, Celina F. Bragança Rosa. Implicação da avaliação de impacto ambiental. **Ambiente – Revista – CETESB**. São Paulo: Coimbra, 1997.

CONDESSO, Fernando dos Reis. **Direito do Ambiente**. Coimbra: Almedina. 2001.

CUSTÓDIO, Helenita Barreira. **Avaliação de Custos Ambientais em Ações Jurídicas de Lesão ao Meio Ambiente**. São Paulo: RT nº 652, 1990.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; RODRIGUES, Marcelo Abelha; NERY, Rosa Maria Andrade. **Direito Processual Ambiental Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

_____. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FOLTZ, Ana Paula. **A Crise Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável**: o crescimento econômico e o meio ambiente. Disponível em: <<http://www.iuspedia.com.br>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

FRANCO, Antônio Souza. Ambiente e desenvolvimento. In: **Textos: ambiente e consumo**. Lisboa: Centro de Estudos Jurídicos, 1996. p.14.

FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais**. Revista dos Tribunais, 2000.

_____. **Direito Administrativo e Meio Ambiente**. 2. ed., 2. tir. Curitiba: Juruá, 1985.

FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. **Crimes contra a natureza**. 3. ed. São Paulo: RT, 1992.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental do individual ao coletivo extrapatrimonial**. RT, 2003.

_____. **Direito Ambiental na sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Responsabilidade Civil**: dano ecológico, processo civil dos poluidores. In: Anais do III Simpósio Nacional de Direito do Meio Ambiente, 1982.

MARQUES, Claudia Lima, (org.). **Glossário Multilíngüe Direito Ambiental Internacional**. São Paulo: Forense, 2007.

MEDEIROS, Fernanda de. **Meio Ambiente Direito e Dever Fundamental**, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **A Proteção Ambiental e Ação Civil Pública**. Revista dos Tribunais, 611. 1986.

MILARÉ, Édis. **Tutela Jurídica do Meio Ambiente**. Justitia, 1985. 47 (132): 98-106.

_____. **Estudo Prévio de Impacto Ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

_____. **Direito do Ambiente**. São Paulo: RT, 2000.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2001.

MUKAI, Toshio. **Aspectos jurídicos da proteção ambiental no Brasil**, 1984.

_____. **Responsabilidade Solidária da Administração por Danos ao Meio Ambiente**. São Paulo, 1988.

NERY JÚNIOR, Nelson. **A ação civil pública**. Justitia, 45 (120): 79-88, jan./mar. 1985.

_____. **Responsabilidade civil por dano ecológico e ação civil pública**. Justitia, 46 (126): 168-189, 1984

PATTI, Salvatore. **La tutela civile dell'ambiente**. Padova: Cedam, 1979.

PEREIRA, Rodrigo de Mesquita. A proteção Jurídica dos Recursos Hídricos. Aspectos legais e práticos. In: São Paulo (Estado). Ministério Público. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente. **Manual Prático da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente**. 2. ed. São Paulo: IMESP, 1999.

PEREIRA, Sílvia Barreto; RIBEIRO E CORREA, Maria Lúcia. **O Município e a questão ambiental**. Revista dos Tribunais, 670/235.

PIGRETTI, Eduardo A. **Derecho ambiental**. Buenos Aires: Depalma, 1993.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção ao patrimônio cultural**. Del Rey, 1994.

PIVA, Rui Carvalho. **Bem ambiental**. São Paulo: Max Limonad, 2001.

PRADE, Péricles. **Conceito de interesses difusos**. 2. ed. Revista dos Tribunais, 1992.

PRADO, Luiz Régis Rangel. **Direito Penal Ambiental**. Revista dos Tribunais, 1992.

PRIEUR, Michel. Droit de l'environnement. 3. ed. Paris: Dalloz, 1996.

RAMOS, Angel (Coord.). **Diccionario de la Naturaleza**: Hombre, Ecologia y paisage. Madrid: Espasa-Calpe, 1987.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 2. ed. 2. tir. São Paulo: Malheiros, 1997.

Site www.portaldomeioambiente.org.br. Acesso em: 24. set. 2007.

Site www.ecolnews.com.br . Acesso em: 24. set. 2007.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade civil ambiental: As dimensões do dano ambiental no direito brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p. 96-101.

Notas

1. Dados extraídos do laudo técnico fornecido pelo SEMAE a requerimento da Promotoria de Justiça do Município de Estância Velha/RS.

2. Licença de Operação nº 5453/2006-DL, disponível em <http://www.fepam.rs.gov.br/licenciamento>.

3. Laudo técnico apresentado ao Ministério Público/RS.

4. MEDEIROS, Fernanda de. **Meio Ambiente**: Direito e Dever Fundamental, 2004. p. 102.

5. BORGES, Roxana Cardoso. Direito ambiental e teoria jurídica no final do século XX. In: VARELLA, Marcelo Dias; e BORGES, Roxana (org.). **O novo em direito ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. p. 21

6. STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade civil ambiental**: As dimensões do dano ambiental no direito brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p. 96-101.

7. BECK, Ulrich. **Risk Society toward a new modernity**. London: Sage, 1992. p. 2-8.
8. Fonte: site Portal do Meio Ambiente, **www.portaldomeioambiente.org.br**. Acesso em: 24 set. 2007.
9. LEITE José Rubens Morato. **Dano Ambiental, do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. São Paulo: RT, 2003.
10. SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 2. ed. 2. tiragem. São Paulo: Malheiros, 1997. p.56.
11. DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental econômico**. São Paulo: Max Limond, 1997. p. 106.
12. CONDESSO, Fernando dos Reis. **Direito do Ambiente**. Coimbra: Almedina, 2001. p. 72/73.
13. FRANCO, Antônio Souza. Ambiente e desenvolvimento. In: **Textos: ambiente e consumo**. Lisboa: Centro de Estudos Jurídicos, 1996. p.14
14. LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental, do individual ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: RT, 2003. p. 23/28.
15. BENJAMIN, Antônio Hermann V. Objetivos do Direito Ambiental. **Lusíada Revista de Ciência e Cultura**. Actas do I Congresso Internacional doe Direito do Meio Ambiente. Porto, 1996. p. 32, número especial (série direito).
16. Apelação Cível Nº 70012795845, Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS, Relator: Matilde Chabar Maia. Julgado em 08.06/2006.
17. Ap. Cível nº 162.349-5/3-00, São João da Boa Vista. TJSP - 3ª Câ. Dir. Públ. - 03.06.03 - rel. Laerte Sampaio - in JTJ 270/nov/2003.
18. Agravo de Instrumento Nº 70017436676, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Wellington Pacheco Barros. Julgado em 14.02.2007.
19. AgRg no AgIn 179.321/SP - 3ª T- STJ - j. 31.08.2000 - Rel. Ministra Nancy Andrighi - DJU 25.09.2000.
20. MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. São Paulo: RT, 2000. p. 335.

21. MORATO LEITE, op. cit, p. 210
22. MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 386
23. MARCHESAN, Ana Maria Moreira; STEIGLEDER, Annelise Monteiro; CAPPELLI, Sílvia. **Direito Ambiental**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2004. p.131.(Concursos)
24. Agravo de Instrumento Nº 70019284116, 9ª Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator Odone Sanguiné, julgado